RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI № 0068.0/2021

"Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que 'Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina', para o fim de instituir o Dia Estadual do Terceiro Setor."

Autora: Deputada Paulinha

Relator: Deputado João Amin

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa da Deputada Paulinha, tendente a modificar a Lei estadual nº 17.335, de 2017, para estabelecer o Dia Estadual do Terceiro Setor.

Defende a Autora da proposição em análise que a sua implementação servirá para "homenagear uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil", vez que "é necessário que o Estado promova iniciativas que valorizem, amplifiquem e deem o devido reconhecimento a esta área social (...)" (p. 3 da versão eletrônica do processo).

A matéria foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de março do ano corrente e, em seguida, encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, sob a minha relatoria.

É o relatório.

II - VOTO

Procedendo-se ao exame dos autos em curso, no que concerne à constitucionalidade de âmbito formal, verifica-se que a proposição restou veiculada pela espécie normativa adequada ao seu intento, não ofendendo o elencado no § 2º do art. 50 da Constituição de Santa Catarina, que estabelece as competências de iniciativa legislativa de cunho privativo do Governador do Estado.

Corroborando a inexistência de óbice constitucional na proposição em foco, oportunamente se transcreve as seguintes ementas de julgados proferidos pelo Supremo Tribunal Federal:

> ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL 3.083. 07.10.02. DO COMERCIÁRIO. DE DIA COMEMORATIVA E FERIADO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 22, I. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. Preliminar conhecimento afastada. Norma local que busca coexistir, no mundo jurídico, com lei federal preexistente, não para complementação, mas para somar nova e independente hipótese de feriado civil. 2. Inocorrência de inconstitucionalidade na escolha, pelo legislador distrital, do dia 30 de outubro como data comemorativa em homenagem à categoria dos comerciários no território do Distrito Federal. 3. Implícito ao poder privativo da União de legislar sobre direito do trabalho está o de decretar feriados civis, mediante lei federal ordinária, por envolver tal iniciativa consegüências nas relações empregatícias e salariais. Precedentes: Al 20.423, rel. Min. Barros Barreto, DJ 24.06.59 e Representação 1.172, rel. Min. Rafael Mayer, DJ 03.08.84. 4. Ação direta cujo pedido é julgado parcialmente procedente. (ADI 3069, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. **ELLEN** GRACIE, Julgamento: 24/11/2005. Publicação: 16/12/2005).

> Constitucional. Decretação de feriado religioso por lei estadual. Lei nº 1.696/2012 do Amapá. (...) 2. No exercício de sua competência para legislar sobre o tema, a União promulgou a Lei nº 9.093/1995, que estabelece que os Estados-membros somente poderão decretar como feriado a "data magna" de criação da unidade estadual. 3. O valor histórico, cultural e religioso da data não é argumento apto a justificar invasão da competência privativa da União para dispor sobre feriados, mantida a possibilidade de reconhecimento estadual como data comemorativa local. 4. Procedência do pedido inicial para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.696/2012 do Estado do Amapá. (ADI 4820, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Julgamento: 20/09/2018, Publicação: 03/12/2018).

(Grifos acrescentados)

Finalmente, quanto aos demais aspectos regimentais a serem observados por este órgão fracionário, constatou-se que o teor do Projeto de Lei em estudo atende aos requisitos atinentes à técnica legislativa, previstos na Lei Complementar estadual nº 589, de 2013, que "Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece outras providências".

Ante o exposto e cumprindo a determinação regimental do art. 144, I c/c art. 210, II, ambos do Regimento Interno deste Poder, voto pela **ADMISSIBILIDADE** do prosseguimento da tramitação processual do Projeto de Lei nº 0068.0/2021, reservada a análise de mérito à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para tanto especialmente designada no despacho inicial do 1º Secretário da Mesa.

Sala da Comissão,

Deputado João Amin Relator